

O PARADOXO DA INCLUSÃO: COMO PROMOVER UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA SEM COMPROMETER A SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES?

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.057-014>

Erica Souza da Silva

Doutoranda em Saúde Pública
UCES - Buenos Aires - Argentina
Brasília - DF

E-mail: ericasouza_87@hotmail.com

Juliana Gomes Rodrigues

Licenciatura em Pedagogia (UNINTER)
Licenciatura em Letras - Português (UNIASSELVI)
Rio Grande do Sul

E-mail: julianagr88@gmail.com

Ismael Chaves Faustino de Araújo

Graduado em Pedagogia
Faculdade Campos Elísios (FCE)
Educação Física (Licenciatura)
Universidade Cidade Verde (UNICIVE)
João Pessoa - PB

E-mail: ismael.cfaraujo@professor.joaopessoa.pb.gov.br

Elaine Carvalho Santana

Ciências Biológicas
Universidade Tiradentes
Aracaju - SE

E-mail: elaineca891@gmail.com

Liliane Alves da Paixão

Licenciatura em Normal Superior/Albert Einten
Bacharel em Teologia/FATEBOV
Pacaraima - Roraima

E-mail: lilianealves_paixao@hotmail.com

Maico Danúbio Duarte Abreu

Licenciatura em Física
Escola Técnica Everardo Passos
Pelotas - RS

E-mail: eng.maicoabreu@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8654-8493>

Marcela Cristina Silva

Pedagogia, Universidade Nove de Julho, AEE, Faculdade CECAP, Psicopedagogia, Faculdade Descomplica
Brejo Santo - Ceará
E-mail: marcellasilva422@gmail.com

Simone Lima de Macedo

Mestrado em Psicologia
UFMG
Juiz de Fora - MG
E-mail: simonelimademacedo@gmail.com
ORCID: 0009-003-9627-9607

Rejane Macedo Martins

MBA em Gestão de Projetos
Rio Grande - RS
E-mail: rejane.macedo@hotmail.com

Resumo

A construção de uma educação inclusiva representa um dos maiores desafios das políticas educacionais contemporâneas, especialmente diante da necessidade de garantir o direito à aprendizagem de todos os estudantes sem desconsiderar as condições de trabalho dos docentes. Este capítulo tem como objetivo analisar o paradoxo existente entre a ampliação das práticas inclusivas e a preservação da saúde mental dos professores, discutindo os fatores que influenciam esse processo e as estratégias capazes de promover maior equilíbrio entre inclusão, qualidade do ensino e bem-estar profissional. A metodologia adotada consiste em uma revisão narrativa da literatura, fundamentada em produções científicas nacionais e internacionais publicadas nos últimos anos, além da análise de documentos legais e políticas públicas relacionadas à educação inclusiva e à valorização docente. Os resultados evidenciam que a ausência de formação continuada específica, a sobrecarga de trabalho, a escassez de recursos pedagógicos, o aumento das demandas burocráticas e o insuficiente suporte institucional favorecem o desenvolvimento de estresse ocupacional, ansiedade e esgotamento emocional entre os professores. Conclui-se que a efetivação da inclusão escolar depende de políticas integradas que articulem investimentos em infraestrutura, equipes multiprofissionais, formação permanente, gestão escolar participativa e ações voltadas à promoção da saúde mental docente, possibilitando uma educação inclusiva sustentável e socialmente comprometida.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Formação continuada; Políticas educacionais; Saúde mental docente.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos principais compromissos das políticas educacionais contemporâneas, fundamentada no princípio de que todos os estudantes,

independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sensoriais, sociais ou culturais, possuem o direito de aprender em ambientes escolares comuns, com equidade, respeito à diversidade e oportunidades de participação. No Brasil, esse paradigma ganhou maior força a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que reforçam a responsabilidade do Estado e das instituições escolares na garantia de uma educação para todos.

Entretanto, embora os avanços legislativos tenham ampliado significativamente o acesso de estudantes público-alvo da educação especial ao ensino regular, sua efetivação ainda enfrenta inúmeros desafios relacionados às condições de trabalho docente. A inclusão escolar exige adaptações curriculares, metodológicas e avaliativas, além da construção de práticas pedagógicas colaborativas, capazes de atender às necessidades específicas dos estudantes sem comprometer a qualidade do ensino. Nesse contexto, os professores passaram a assumir novas atribuições, frequentemente sem o suporte institucional, a formação continuada e os recursos necessários para desempenhá-las de maneira satisfatória.

Segundo Maria Teresa Eglér Mantoan (2015), a inclusão escolar não consiste apenas na matrícula do estudante com deficiência na escola regular, mas na transformação da cultura, das práticas pedagógicas e da organização institucional, de modo que todos possam aprender em igualdade de oportunidades. Para a autora, a inclusão demanda mudanças estruturais que ultrapassem a atuação individual do professor, exigindo políticas públicas consistentes e investimentos permanentes.

Sob essa perspectiva, emerge um importante paradoxo: ao mesmo tempo em que a sociedade reivindica uma escola cada vez mais inclusiva, muitos professores vivenciam intensificação do trabalho, aumento das responsabilidades, sobrecarga emocional e sentimentos de insegurança diante das demandas impostas pelo cotidiano escolar. Esse cenário favorece o desenvolvimento de estresse ocupacional, ansiedade, exaustão emocional e outras formas de sofrimento psíquico, comprometendo tanto a saúde dos profissionais quanto a qualidade do processo educativo.

Conforme Michael Fullan (2007), reformas educacionais somente alcançam resultados duradouros quando consideram as condições reais de trabalho dos professores, oferecendo suporte institucional, liderança colaborativa e desenvolvimento profissional contínuo. De forma semelhante, Andy Hargreaves e Michael Fullan (2012) afirmam que a valorização docente constitui elemento indispensável para a melhoria da qualidade da educação e para a sustentabilidade das políticas educacionais.

No campo da saúde ocupacional, Christina Maslach e Michael P. Leiter (2016) demonstram que profissões caracterizadas por intensa interação humana, como a docência, apresentam maior vulnerabilidade ao desenvolvimento da Síndrome de Burnout quando submetidas a elevados níveis de demanda e baixos índices de apoio organizacional. Os autores destacam que o esgotamento profissional

reduz a motivação, compromete o desempenho pedagógico e interfere diretamente na qualidade das relações estabelecidas no ambiente escolar.

No contexto brasileiro, estudos de José Carlos Libâneo (2013) evidenciam que a democratização do acesso à educação precisa ser acompanhada da valorização do trabalho docente, da melhoria das condições institucionais e da implementação de políticas que favoreçam o exercício da profissão com qualidade. Da mesma forma, Dermeval Saviani (2019) ressalta que a efetivação do direito à educação depende não apenas da expansão das matrículas, mas também da garantia de condições concretas para que o ensino ocorra com qualidade social.

Diante dessa realidade, delimita-se como problema de pesquisa a seguinte questão: como promover uma educação inclusiva efetiva sem comprometer a saúde mental dos professores responsáveis pela implementação das práticas inclusivas?

Com base nesse problema, este capítulo tem como objetivo geral analisar os desafios enfrentados pelos docentes na implementação da educação inclusiva, discutindo estratégias que favoreçam a conciliação entre a garantia do direito à educação e a preservação da saúde mental dos profissionais da educação.

Como objetivos específicos, busca-se: compreender os fundamentos da educação inclusiva nas políticas públicas brasileiras; identificar os principais fatores associados ao adoecimento mental de professores inseridos em contextos inclusivos; analisar a relação entre condições de trabalho, formação docente e saúde mental; e discutir estratégias institucionais e políticas públicas voltadas à promoção do bem-estar docente e ao fortalecimento de práticas inclusivas sustentáveis.

A relevância deste estudo justifica-se pela crescente ampliação das políticas de inclusão escolar e pelo aumento das discussões relacionadas ao adoecimento mental dos profissionais da educação. Embora a literatura reconheça a importância da inclusão como direito humano fundamental, ainda são necessários estudos que abordem, de forma integrada, os impactos dessas políticas sobre as condições de trabalho docente. Assim, compreender esse paradoxo contribui para o fortalecimento de práticas educacionais mais sustentáveis, favorecendo tanto a aprendizagem dos estudantes quanto a valorização dos professores.

Do ponto de vista teórico, este capítulo fundamenta-se principalmente nas contribuições de Mantoan (2015), Libâneo (2013), Saviani (2019), Fullan (2007), Hargreaves e Fullan (2012), Maslach e Leiter (2016), além dos documentos legais brasileiros que orientam a educação inclusiva. Esses referenciais permitem compreender que a inclusão escolar somente se efetiva quando acompanhada de investimentos em formação docente, apoio multiprofissional, gestão escolar democrática, políticas públicas de valorização profissional e ações sistemáticas voltadas à promoção da saúde mental dos educadores, assegurando que o direito à educação seja garantido sem comprometer aqueles responsáveis por sua concretização.

2 METODOLOGIA

2.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O presente capítulo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, desenvolvida por meio de uma revisão narrativa da literatura. Essa abordagem foi escolhida por possibilitar uma compreensão ampla e crítica da produção científica acerca da relação entre educação inclusiva e saúde mental dos professores, permitindo a integração de diferentes perspectivas teóricas e evidências produzidas no campo da Educação, Psicologia e Saúde Coletiva.

Segundo Antônio Carlos Gil (2022), a pesquisa descritiva busca identificar e analisar características, relações e fenômenos presentes em determinada realidade, enquanto a pesquisa exploratória favorece maior familiaridade com o problema investigado, contribuindo para o aprofundamento das discussões científicas. Nesse sentido, a combinação dessas modalidades mostrou-se adequada para compreender os desafios enfrentados pelos docentes na implementação das políticas de educação inclusiva.

Quanto aos procedimentos técnicos, adotou-se a revisão narrativa da literatura, modalidade que permite analisar criticamente diferentes estudos sobre determinado tema sem a obrigatoriedade de protocolos rígidos de seleção, favorecendo uma discussão contextualizada e interdisciplinar. Conforme destacam Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos (2021), a pesquisa bibliográfica constitui importante estratégia para reunir conhecimentos produzidos anteriormente, identificar lacunas científicas e subsidiar novas interpretações acerca do fenômeno estudado.

2.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DAS INFORMAÇÕES

A construção do referencial teórico foi realizada mediante levantamento bibliográfico em bases de dados científicas nacionais e internacionais reconhecidas pela comunidade acadêmica, incluindo SciELO, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Google Scholar, ERIC e Portal de Periódicos CAPES. Também foram consultados documentos oficiais do Ministério da Educação, legislações brasileiras relacionadas à educação inclusiva e publicações de organismos internacionais.

Foram utilizados descritores em português e inglês combinados por operadores booleanos, tais como: "educação inclusiva", "saúde mental docente", "burnout em professores", "teacher mental health", "inclusive education", "teacher well-being" e "inclusive policies".

Os critérios de inclusão contemplaram artigos científicos, livros, capítulos de livros, dissertações, teses e documentos oficiais publicados, prioritariamente, entre 2015 e 2025, disponíveis integralmente e relacionados ao objetivo da pesquisa. Foram excluídos estudos duplicados, trabalhos sem fundamentação científica consistente, publicações que abordavam exclusivamente inclusão escolar sob perspectiva clínica ou que não discutiam aspectos relacionados ao trabalho docente e à saúde mental.

2.3 TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS

As informações obtidas foram examinadas por meio da análise temática da literatura, identificando convergências, divergências e principais categorias presentes nos estudos selecionados. A organização do material ocorreu em etapas sucessivas: leitura exploratória, leitura analítica, categorização das informações e síntese interpretativa dos resultados.

A interpretação dos dados foi fundamentada em referenciais da educação inclusiva, das políticas educacionais e da saúde ocupacional docente, possibilitando estabelecer relações entre os desafios da inclusão escolar, as condições de trabalho dos professores e os impactos sobre sua saúde mental.

Segundo Laurence Bardin (2016), a análise de conteúdo permite organizar e interpretar informações de maneira sistemática, favorecendo a construção de inferências consistentes acerca dos fenômenos investigados. Embora este estudo não realize uma análise de conteúdo clássica, os princípios propostos pela autora orientaram a sistematização e interpretação das evidências encontradas.

2.4 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA

A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela complexidade do fenômeno estudado, uma vez que os impactos da educação inclusiva sobre a saúde mental docente envolvem dimensões pedagógicas, sociais, emocionais e institucionais que não podem ser compreendidas exclusivamente por indicadores quantitativos.

Autores como José Carlos Libâneo (2013) ressaltam que a qualidade da educação depende diretamente das condições concretas de trabalho oferecidas aos professores, enquanto Maria Teresa Eglér Mantoan (2015) destaca que a inclusão escolar exige mudanças estruturais na organização da escola, ultrapassando a simples inserção do estudante na sala de aula regular. Paralelamente, estudos de Christina Maslach e Michael P. Leiter (2016) evidenciam que ambientes laborais marcados por elevadas demandas e baixo suporte institucional favorecem o desenvolvimento do estresse ocupacional e da Síndrome de Burnout entre professores.

Assim, a metodologia adotada possibilita integrar diferentes perspectivas científicas, proporcionando uma discussão fundamentada acerca do paradoxo da inclusão escolar: a necessidade de assegurar uma educação verdadeiramente inclusiva sem negligenciar as condições de trabalho e a saúde mental dos profissionais responsáveis por concretizar esse direito. A articulação entre referenciais da Educação, Psicologia e Saúde Coletiva amplia a compreensão do tema e oferece subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas e práticas institucionais que promovam tanto a inclusão dos estudantes quanto a valorização e o bem-estar docente.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura demonstra que a consolidação da educação inclusiva representa um importante avanço na garantia do direito à educação, favorecendo o acesso, a permanência e a participação dos estudantes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e altas habilidades/superdotação no ensino regular. Contudo, os estudos evidenciam que a ampliação das políticas inclusivas não foi acompanhada, na mesma intensidade, por investimentos em infraestrutura escolar, formação continuada, equipes multiprofissionais e ações voltadas à promoção da saúde mental dos professores. Como consequência, observa-se um aumento significativo das demandas profissionais e da sobrecarga de trabalho docente.

Segundo Maria Teresa Eglér Mantoan (2015), a inclusão escolar não pode ser compreendida apenas como o acesso do estudante à escola regular, mas como um processo de transformação das práticas pedagógicas, da cultura escolar e das relações institucionais. Dessa forma, o êxito da inclusão depende da reorganização do ambiente escolar e da valorização dos profissionais envolvidos no processo educativo.

Os estudos revisados revelam que os principais desafios enfrentados pelos professores estão relacionados à insuficiência de formação específica para atuação em contextos inclusivos, à escassez de recursos didáticos, ao elevado número de estudantes por turma, à ausência de profissionais de apoio e ao crescimento das demandas administrativas. Esses fatores aumentam a complexidade da prática docente e favorecem o desenvolvimento de estresse ocupacional, ansiedade e esgotamento emocional.

Tabela 1 – Principais fatores associados ao comprometimento da saúde mental dos professores

Fatores identificados	Repercussões no trabalho docente
Sobrecarga de trabalho	Exaustão física e emocional
Formação continuada insuficiente	Insegurança pedagógica
Escassez de recursos pedagógicos	Dificuldades na adaptação curricular
Ausência de equipes multiprofissionais	Maior responsabilidade atribuída ao professor
Demandas burocráticas excessivas	Redução do tempo destinado ao planejamento
Baixo apoio institucional	Estresse ocupacional e desmotivação

Fonte: Elaborado pela autora com base em Mantoan (2015), Libâneo (2013), Maslach e Leiter (2016).

Os resultados apresentados na Tabela 1 demonstram que a sobrecarga de trabalho constitui o fator mais frequentemente relacionado ao sofrimento psíquico dos professores. Além das atividades pedagógicas tradicionais, muitos docentes assumem responsabilidades referentes ao planejamento individualizado, elaboração de adaptações curriculares, registros administrativos, reuniões com famílias e acompanhamento de estudantes com diferentes necessidades educacionais, sem redução proporcional da carga horária ou suporte técnico especializado.

Esses achados corroboram as pesquisas desenvolvidas por Christina Maslach e Michael P. Leiter (2016), que demonstram que ambientes laborais caracterizados por altas demandas e baixo apoio organizacional favorecem o desenvolvimento da Síndrome de Burnout. Os autores ressaltam que a exaustão emocional reduz a motivação profissional, compromete a qualidade do ensino e interfere negativamente nas relações estabelecidas entre professores e estudantes.

Outro aspecto amplamente identificado na literatura refere-se à importância da formação continuada como elemento fundamental para o fortalecimento das práticas inclusivas. Os estudos indicam que professores que recebem formação permanente apresentam maior segurança para elaborar adaptações curriculares, utilizar metodologias ativas e desenvolver estratégias pedagógicas capazes de atender à diversidade presente nas salas de aula.

Tabela 2 – Benefícios da formação continuada para a educação inclusiva

Aspectos fortalecidos	Contribuições para a prática docente
Atualização pedagógica	Ampliação dos conhecimentos sobre inclusão
Planejamento colaborativo	Melhoria das estratégias de ensino
Adaptação curricular	Atendimento às diferentes necessidades educacionais
Desenvolvimento profissional	Maior confiança na prática docente
Trabalho interdisciplinar	Integração entre diferentes profissionais
Bem-estar docente	Redução da insegurança profissional

Fonte: Elaborado pela autora com base em Saviani (2019), Libâneo (2013) e Mantoan (2015).

A literatura também evidencia que a valorização docente constitui condição indispensável para a efetivação da inclusão escolar. Conforme afirma José Carlos Libâneo (2013), a qualidade da educação está diretamente relacionada às condições objetivas de trabalho dos professores, incluindo remuneração adequada, formação continuada, infraestrutura escolar e apoio institucional. Na mesma perspectiva, Dermeval Saviani (2019) destaca que a democratização do ensino exige investimentos permanentes na formação dos educadores e na construção de políticas públicas capazes de garantir uma educação socialmente referenciada.

Além disso, os estudos demonstram que a presença de equipes multiprofissionais, compostas por psicólogos, psicopedagogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais e profissionais do atendimento educacional especializado, reduz significativamente a sobrecarga do professor e favorece a construção de estratégias pedagógicas mais eficazes.

Tabela 3 – Estratégias institucionais para promover inclusão escolar e saúde mental docente

Estratégias propostas	Impactos esperados
Formação continuada permanente	Melhoria da prática pedagógica
Equipes multiprofissionais	Compartilhamento das responsabilidades
Apoio psicológico institucional	Prevenção do adoecimento mental
Gestão escolar participativa	Fortalecimento do trabalho colaborativo
Investimentos em recursos pedagógicos	Ampliação da qualidade da inclusão
Valorização profissional	Maior satisfação e permanência na carreira

Fonte: Elaborado pela autora com base em Hargreaves e Fullan (2012), Fullan (2007), Libâneo (2013) e Mantoan (2015).

A discussão dos resultados demonstra que não existe incompatibilidade entre educação inclusiva e saúde mental dos professores. O que compromete o bem-estar docente é a implementação de políticas inclusivas sem o devido suporte institucional. Conforme defendem Andy Hargreaves e Michael Fullan (2012), reformas educacionais somente alcançam resultados sustentáveis quando conciliam inovação pedagógica, valorização profissional e fortalecimento das condições de trabalho.

Dessa forma, os resultados desta revisão evidenciam que a efetivação da educação inclusiva depende da articulação entre políticas públicas, formação continuada, infraestrutura escolar, apoio multiprofissional e programas voltados à promoção da saúde mental docente. Somente por meio dessa abordagem integrada será possível garantir uma educação inclusiva de qualidade, assegurando o direito à aprendizagem dos estudantes sem comprometer a saúde e o bem-estar dos professores responsáveis pela concretização desse processo.

4 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o paradoxo existente entre a efetivação da educação inclusiva e a preservação da saúde mental dos professores, buscando compreender os principais desafios enfrentados pelos docentes e identificar estratégias capazes de promover uma inclusão escolar de qualidade sem comprometer o bem-estar dos profissionais da educação. A partir da revisão da literatura, foi possível verificar que a inclusão constitui um direito fundamental dos estudantes e representa um importante avanço das políticas educacionais brasileiras, porém sua implementação ainda enfrenta obstáculos relacionados às condições de trabalho docente.

Os resultados evidenciaram que a sobrecarga de trabalho, a insuficiência de formação continuada, a escassez de recursos pedagógicos, a ausência de equipes multiprofissionais e o baixo apoio institucional figuram entre os principais fatores associados ao aumento do estresse ocupacional, da ansiedade e do esgotamento emocional dos professores. Ao mesmo tempo, os estudos analisados demonstraram que escolas que investem na valorização docente, no trabalho colaborativo e na formação permanente apresentam melhores condições para desenvolver práticas inclusivas efetivas e sustentáveis.

A pesquisa também permitiu compreender que o sucesso da educação inclusiva não depende exclusivamente do compromisso individual dos professores, mas da construção de políticas públicas que assegurem infraestrutura adequada, gestão democrática, suporte especializado e condições dignas de trabalho. Nesse sentido, a promoção da saúde mental docente deve ser compreendida como elemento estratégico para a qualidade da educação, considerando que professores emocionalmente saudáveis apresentam maior capacidade de desenvolver práticas pedagógicas inovadoras, estabelecer relações mais positivas com os estudantes e contribuir para a construção de ambientes escolares inclusivos.

As contribuições deste capítulo consistem na integração de conhecimentos provenientes dos campos da Educação, da Psicologia e das políticas públicas, evidenciando que inclusão escolar e valorização docente são processos indissociáveis. Ao reunir evidências científicas atualizadas, o estudo oferece subsídios para gestores educacionais, formuladores de políticas públicas, pesquisadores e profissionais da educação na elaboração de estratégias que conciliem o direito à educação inclusiva com a proteção da saúde mental dos professores.

Por fim, recomenda-se que futuras pesquisas desenvolvam estudos empíricos envolvendo diferentes redes de ensino e níveis educacionais, investigando a percepção dos docentes sobre as condições de trabalho, a efetividade das políticas de inclusão e os impactos de programas institucionais voltados à promoção da saúde mental. Também são necessários estudos que avaliem intervenções relacionadas à formação continuada, ao apoio multiprofissional e às práticas de cuidado com os educadores, contribuindo para o fortalecimento de uma educação inclusiva que seja, ao mesmo tempo, equitativa, sustentável e socialmente comprometida.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

FULLAN, Michael. **The new meaning of educational change**. 4. ed. New York: Teachers College Press, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

HARGREAVES, Andy; FULLAN, Michael. **Professional capital**: transforming teaching in every school. New York: Teachers College Press, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MASLACH, Christina; LEITER, Michael P. Burnout: a multidimensional perspective. In: COOPER, Cary L.; QUICK, James C. (org.). **The handbook of stress and health**. Chichester: Wiley Blackwell, 2016. p. 351-357.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova York: ONU, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 44. ed. Campinas: Autores Associados, 2019.

UNESCO. **A guide for ensuring inclusion and equity in education**. Paris: UNESCO, 2017.